

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.429.648 - SP (2019/0009542-1)

AGRAVANTE : RODRIGO DE FARIAS JULIAO
ADVOGADO : BEATRIZ QUINTANA NOVAES E OUTRO(S) - SP192051
AGRAVADO : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DE
SÃO PAULO
ADVOGADOS : ALEXANDRA BERTON SCHIAVINATO E OUTRO(S) -
SP231355
MARIANE LATORRE FRANÇO SO LIMA - SP328983
INTERES. : LUIZ FERNANDO AFONSO RODRIGUES
ADVOGADO : LUIZ FERNANDO AFONSO RODRIGUES (EM CAUSA
PRÓPRIA) - SP132065

DECISÃO

Rodrigo de Farias Julião interpõe agravo contra decisão que negou seguimento ao seu recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, com o objetivo de reformar acórdão assim ementado pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (fls. 1.379-1.381):

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. ELEIÇÃO PARA DIREÇÃO DA SUBSEÇÃO DA OAB DE SANTOS. TRIÊNIO 2016/2018. REPRESENTAÇÃO 28/2015. INTIMAÇÃO PARA CONTRARRAZÕES. MANIFESTAÇÃO VOLUNTÁRIA DO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO. INTERESSE PROCESSUAL. PERSISTÊNCIA. ADITAMENTO DA INICIAL APÓS INFORMAÇÕES. NECESSIDADE DE CONCORDÂNCIA EXPRESSA DO RÉU. CANCELAMENTO DE REGISTRO DA "CHAPA 02". OFENSA AO CONTRADITÓRIO, AMPLA DEFESA E DEVIDO PROCESSO LEGAL. PRODUÇÃO DE PROVA TESTEMUNHAL. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO EM DEFESA. ALEGAÇÕES FINAIS. DESNECESSIDADE. NULIDADE PROCEDIMENTAL INEXISTENTE. APELAÇÃO DESPROVIDA.

1. Desnecessária a intimação do assistente litisconsorcial para apresentação de contrarrazões, pois, embora a decisão que recebeu o recurso de apelação não tenha sido publicada, o assistente manifestou-se, deduzindo defesa muito além da mera ausência de intimação, com questões preliminares e de mérito, pugnando pela extinção da ação, não se evidenciando, assim, prejuízo ao contraditório (artigo 282, §1º, CPC).

2. O artigo 6º, §3º, da Lei 12.016/2009 dispõe que "considera-se autoridade coatora aquela que tenha praticado o ato impugnado ou da qual emane a ordem para a sua prática", sendo que, no caso, embora o cancelamento do registro da "Chapa 02" decorra de julgamento colegiado, pelo Conselho Eleitoral da OAB, há legitimidade do respectivo presidente para figurar no polo passivo do mandado de segurança, pois, dentre suas atribuições, consta a representação externa do colegiado, tratando-se, assim, de autoridade com capacidade e atribuições para responder em nome do órgão.

3. Eventual julgamento de concessão da ordem implicaria acolhimento da pretensão de anulação do cancelamento de registro, tendo

como consequência a nulidade de todos os atos posteriormente praticados, permitindo concluir pela persistência de interesse no prosseguimento da ação, mesmo com o julgamento do recurso administrativo pelo Conselho Federal da OAB, interposto contra o ato impugnado.

4. A alegação de nulidade da representação 28/2015, por falta de notificação da "Chapa 02" quanto à realização da sessão de julgamento, não foi deduzida na petição inicial, mas apenas no curso da ação, após as informações prestadas pela autoridade impetrada, sendo que, nos termos do artigo 264, CPC/1973, 'feita a citação, é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, sem o consentimento do réu, mantendo-se as mesmas partes, salvo as substituições permitidas por lei'.

5. O artigo 282, III, CPC/1973, adotando a teoria da substanciação, exigiu a exposição da causa de pedir remota e próxima na petição inicial, ao determinar a indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos do pedido. A alegada ausência de notificação para a sessão de julgamento da representação constitui causa de pedir remota, e a consequente nulidade do julgamento, causa de pedir próxima, elementos que, de acordo com o artigo 264, CPC/1973, não poderiam ser inseridos na ação, após as informações, sem o consentimento expresso do impetrado.

6. O procedimento da "representação por abuso de poder econômico, político ou dos meios de comunicação" foi regulado pelo artigo 133, §6º e seguintes do Regulamento Geral do Estatuto da OAB. Os respectivos §§9º a 11 tratam de dilação probatória, possibilidade de oitiva de testemunhas e apresentação de alegações finais, cuja supressão no procedimento da representação 28/2015 foi apontada como fundamento da alegação de cerceamento de defesa.

7. A peça defensiva da "Chapa 02", apresentada na representação 28/2015, não traz qualquer justificativa ou requerimento de produção de prova testemunhal, ou qualquer outra, nem mesmo de forma genérica, sendo que o artigo 133, §7º, do Regulamento Geral é expresso ao dispor que é na peça defensiva que se deve pleitear a dilação probatória.

8. Não sendo requerida a produção de provas, nem sendo constatada sua necessidade pela Comissão Eleitoral, nada justifica a apresentação de alegações finais, cuja finalidade seria a de garantir a oportunidade para as partes tratarem das provas produzidas no curso do procedimento, tanto que o §10 do Regulamento Geral expressamente dispõe que a oferta de alegações finais ocorre quando "encerrada a dilação probatória".

9. Apelação desprovida.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 1.395-1.404).

Em suas razões recursais especiais o recorrente alega, em síntese, violação do art. 68 da Lei n. 8.906/94, sustentando a existência de falha no procedimento eleitoral de cassação da Chapa 2, por ele representada, já que não foi intimado para a instrução probatória, incorrendo em desrespeito ao contraditório, ampla defesa e devido processo legal, no que seria nula a Representação n. 24/2015, que tramitou na Comissão Eleitoral da OAB/SP.

Invoca o Provimento n. 146/2011 do Conselho Federal da OAB e o Regulamento Geral do Estatuto da OAB.

Após o oferecimento de contrarrazões (fls. 1.430-1.439 e

1.440-1.445), o Tribunal de origem negou seguimento ao recurso (fls. 1.457-1.462), ensejando a interposição do presente agravo.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante impugnou a fundamentação apresentada na decisão agravada, e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

Sobre a alegada violação do art. 28 da Lei n. 8.906/94, verifica-se que o acórdão recorrido não analisou seu conteúdo, nem mesmo após os embargos de declaração, pelo que carece o recurso do indispensável requisito do prequestionamento. Incidência dos Enunciados Sumulares n. 282 e 356 do STF, *in verbis*:

Súmula 282: É inadmissível o Recurso Extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.

Súmula 356. O ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento.

Ademais, a ausência de prequestionamento se mostra evidente, também, em razão do fato de o acórdão recorrido ter assim decidido acerca da controvérsia exposta no recurso especial (g.n.):

Senhores Desembargadores, o presente mandado de segurança 0024605-96.2015.4.03.6100 foi impetrado para anular a representação 28/2015, que cancelou, por propaganda irregular, o registro da "Chapa 02" para eleição do triênio 2016/2018 da Diretoria da Subseção da OAB de Santos/SP.

Por sua vez, o mandado de segurança 0023818-67.4.03.6100, apensado aos presentes autos, foi impetrado, exclusivamente, com objetivo de anular a representação 24/2015, que cancelou, por propaganda irregular decorrente de fatos diversos da representação 28/2015, o registro da "Chapa 02" para eleição do triênio 2016/2018 da Diretoria da Subseção da OAB de Santos/SP.

Esclarecido, assim, que o presente mandado de segurança objetiva reconhecimento de possível nulidade, especificamente, da representação 28/2015 e, conseqüentemente, da decisão da Comissão Eleitoral da OAB - Seccional São Paulo que cancelou o registro da "Chapa 02", cumpre ressaltar que, para o reconhecimento da suposta nulidade, o *writ* não impugna o mérito da decisão administrativa, limitando-se a **alegar, exclusivamente, matéria procedimental, relativa à ofensa ao contraditório, ampla defesa e devido processo legal, por ausência de oportunidade de produzir prova testemunhal e apresentar alegações finais**, contrariando as disposições do artigo 133, §§9º a 11 do Regulamento Geral do Estatuto da OAB.

[...]

Quanto à possibilidade de conhecer da alegação de que a representação 28/2015 seria nula não apenas por não ter sido permitida a produção de prova testemunhal e apresentação de alegações finais, mas, também, por falta de notificação da "Chapa 02" quanto à realização da sessão

de julgamento, constata-se que tal alegação não foi deduzida na petição inicial (f. 02/24), mas apenas no curso da ação (f. 722/3), após as informações prestadas pela autoridade impetrada (f. 151/9).

De fato, dispõe o artigo 264, CPC/1973 que, "feita a citação, é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, sem o consentimento do réu, mantendo-se as mesmas partes, salvo as substituições permitidas por lei". No caso, não houve consentimento expresso por parte do réu quanto ao aditamento da inicial, com inclusão de nova causa de pedir específica, não sendo admitido, em hipóteses tais, o consentimento tácito, tal como consolidado na jurisprudência [...]

[...]

A alegada ausência de notificação para a sessão de julgamento da representação constituiu, pois, a causa de pedir remota, e a consequente nulidade do julgamento, a causa de pedir próxima (fato e o fundamento jurídico, respectivamente), elementos que, de acordo com o artigo 264, CPC/1973, não poderiam ser inseridos na ação, após as informações, sem o consentimento expresso do impetrado, inexistente, no caso.

Veja-se, ainda, que no *mandamus* originário do presente feito, a irresignação estava voltada contra Representação 28/2015 (pedido mandamental de fl. 28), enquanto que o sustentado no recurso especial, é a nulidade da Representação 24/2015.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RI/STJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de março de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator